

Ciências de combate em tempos de capitalismo pandêmico

DOI

[http://dx.doi.org/
10.11606/1678-9857.
RA.2020.189658](http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.RA.2020.189658)

Alana Moraes

Universidade Federal de São Paulo, Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento (Pimentalab) / São Paulo, SP, Brasil
alana.ufrj@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4072-0320>



WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante, 2020. pp. 608.

1. EPISTEMOLOGIA, EPIDEMIOLOGIA: MARES EM FÚRIA

“Um livro é como uma garrafa lançada ao mar” é a imagem escolhida por Isabelle Stengers para iniciar seu último trabalho *Réactiver le sens commun* (2020). O livro *Big Farms make Big flu* (2015), traduzido agora como *Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência* (2020) pelas editoras Elefante e Igra Kniga, já pode entrar para a história recente da literatura científica como uma das garrafas lançadas mais auspiciosas

dos nossos tempos pandêmicos. Até 2020, o livro que reúne reflexões de pesquisas de um trabalho de quase 20 anos do biólogo evolutivo Rob Wallace, poderia não ter navegado pelos pacíficos mares que ainda dividem os continentes disciplinares das ciências sociais e o das ciências naturais. No entanto, com a pandemia de Covid-19, doença provocada pelo novo Sars-Cov-2, uma movimentação sísmica inaudita produziu não só uma das maiores crises sanitárias que temos notícias, mas também revelou a crise dos regimes de produção de conhecimento que hoje presenciamos em muitas dimensões. Não mais à deriva, a garrafa lançada é portadora de mensagens nada

críticas ao mesmo tempo que incitadoras: “nossas deficiências epistemológicas e epidemiológicas podem, afinal, ser uma só” (Wallace, 2020: 126).

O livro realiza o desejo inconfessável de muitos cientistas: carrega uma força de predição chegando até nós como uma coleção de evidências já anunciadas da catástrofe. Antes da pandemia do novo coronavírus, Rob Wallace já havia dedicado imenso esforço de investigação sobre o surto de gripe aviária (H5N1) em 2003, posteriormente a gripe suína (H1N1) em 2009 e também o surto do Ebola, em África, em 2013. Todos tinham em comum uma sofisticada estratégia estatal-corporativa cujo centro irradiador revela a geopolítica biológica da monocultura intensiva na produção de mundos de alta produtividade e confinamentos. Com Rob Wallace, entrevemos uma paisagem perturbada composta por porcos e aves confinados modificados geneticamente e imunologicamente frágeis, anatomicamente mutilados, conduzidos entre esteiras automatizadas e administrados por antibióticos e antivirais. Tudo isso acompanhado pela degradação de ecossistemas periurbanos, o uso intensivo de agrotóxicos e outras fontes de contaminação do solo, ocultamento de informações sobre surtos virais e sobre as condições sanitárias das fazendas industriais nas quais trabalhadores humanos e animais compartilham muitas formas de exaustão e infecções em ambientes de ventilação controlada.

Dividido em oito partes e composto por artigos curtos publicados desde 2007, o livro também inclui reflexões mais recentes sobre a pandemia do novo coronavírus. A publicação ainda tem o mérito de nos conduzir por uma experiência gráfica admirável com ilustrações produzidas pela Revista Comando, traçando caminhos sensíveis para uma reflexão perturbadora sobre o mundo que habitamos. Entre as sessões do livro, vamos conhecemos as complexas dinâmicas evolutivas de patógenos que possibilitaram a produção de doenças e surtos em uma trama “biocultural” (Wallace, 2020: 29); a “virologia política” da agricultura *offshore*; disputas sobre responsabilização em torno de nomenclaturas epidemiológicas, as controvérsias envolvendo política científica e interesses nacionais comerciais; as dinâmicas racializadas das doenças infecciosas e da própria tecnologia histórica da monocultura. Em uma linguagem apta a circular entre um público não especialista, Rob Wallace desvela a opacidade do negócio viral que chega à mesa dos consumidores metropolitanos em embalagens reluzentes. *Pandemia e Agronegócio* é um livro de ciência, mas uma ciência de intervenção que experimenta movimentos transfronteiriços entre biologia, geografia, epidemiologia, medicina e filosofia política para tratar de fenômenos pouco obedientes à disciplinarização do conhecimento.

Ao longo de seu percurso rastreando “o modo capitalista de produção de doenças” (Wallace, 2020: 17), Wallace se deu conta que a produção de evidências científicas não era suficiente para abalar a complexa rede que conecta as corporações do agronegócio, as indústrias de alimentos, e a própria produção científica e tecnológica que as sustentam, incluindo as multinacionais farmacêuticas e de biossegurança. A

monocultura de capital intensivo (tanto a agricultura como a pecuária) “impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e, destes, para os trabalhadores do setor” (Wallace, 2020: 527). Os patógenos potencialmente pandêmicos são assim produzidos e favorecidos por essa expansiva rede sócio-técnica multiescalar característica do neoliberalismo extrativista financeirizado em que “interesses nacionais” e interesses corporativos encontram-se confundidos. Como define Rob Wallace: “As redes de relações ecossistêmicas que o capital e o poder estatal manipulam em proveito próprio foram fundamentais para o surgimento e a evolução dessas novas cepas” (Wallace, 2020: 528). Não é mais possível falar em “má sorte” quando todas as condições de produção do agronegócio estão comprometidas, desde o princípio, com o cultivo de patógenos virulentos.

No cenário global, “os circuitos do capital originados em centros como Nova York, Londres e Hong Kong financiam o desmatamento e as práticas desenvolvimentistas que impulsionam o surgimento dessas novas doenças” (Wallace, 2020:528). Os “custos” dessa cadeia são, entretanto, externalizados e as consequências são hoje sentidas pela nossa impossibilidade de respirar – uma evidência que já era vivida, entretanto, por muitos *terrano*s atentos aos sinais do mundo vivo. Não é nada fortuito o fato dos atores do agronegócio serem responsáveis também, no mundo todo, por execuções de ativistas, ambientalistas, camponeses e indígenas, assim como pela perseguição a pesquisadores – estamos diante de uma força neocolonial de extração e cercamento que atua pela asfixia, como bem lembra Achille Mbembe (2020) e como também atestam os trabalhadores de frigoríficos e fazendas avícolas. Além do mais, o agronegócio alcança hoje um inédito patamar supra-ideológico já que a fé na monocultura é compartilhada entre governos conservadores e progressistas no mundo todo.

No caso do ebola, retomado por Wallace como “caso arquetípico”, é imprescindível destacar os esforços do Banco Mundial, que há tempos vinha caracterizando a zona de savana da Guiné e Libéria como uma das maiores áreas de terras agrícolas “subutilizadas do mundo”, investindo no modelo do agronegócio nessa região que posteriormente tornar-se-ia o epicentro do surto. A partir da perspectiva da história recente dos circuitos de patógenos, o “neoliberalismo” deixa de ser um inimigo desencarnado para se realizar, concretamente, nas alterações do regime de propriedade e financeirização da terra, nas relações entre humanos, animais, vírus e vegetações produzidas pela monocultura de palma, cana-de-açúcar e algodão, entre outras. O desmatamento e agricultura intensiva presentes na região, constata Wallace, eliminaram a fricção do ecossistema tradicional e da vida selvagem que normalmente dificultam a transmissão acelerada do vírus (Wallace, 2020:482). Como sinalizou Bill Gates no famoso TED Talk de 2015: “Não devemos temer os mísseis, mas os vírus”. Dono de uma das empresas de tecnologia que mais cresceram durante a pandemia, Bill Gates e suas ações ligadas à Monsanto sabiam bem no que estavam metidos.

Longe de preservar os ritos de opacidade do fazer científico e suas verdades incontestáveis, Rob Wallace escolhe abrir a caixa preta da Ciência (com “c” maiúsculo) evidenciando as entranhas dos circuitos de financiamento de pesquisa, constatando por muitos caminhos que “o poder político molda tanto as doenças infecciosas quanto as ciências que as estudam” (Wallace, 2020:27). O pesquisador revela a implicação de suas pesquisa na decisão política de assumir os riscos de um fazer científico dissidente que recusa “pular de auxílio em auxílio como um pesquisador bem-comportado”. (Wallace, 2020: 27)

O desafio que se impõe à uma ciência de combate, intui o autor, para além da produção de evidências, é também criar um “nós” que possa atuar como uma comunidade de afetados, o que inclui biomas, animais selvagens e aqueles da pecuária, trabalhadores do agronegócio, populações expropriadas e adoecidas, cientistas, filósofas, xamãs e florestas. Quando se trata do circuito das doenças infecciosas trabalhadas por Wallace, o “meio ambiente” deixa de ser um pano de fundo passivo a ser “salvo”, algo que, muitas vezes, aparece com condescendência mesmo nos discursos ambientalistas mais conservacionistas. Estamos em uma trama *biocultural* atravessada por relações de poder que, cada vez mais, alteram de forma nociva as *geografias relacionais* entre humanos e não-humanos, uma convergência *xenospecífica* (Wallace, 2020:30) que embaralha de vez o jogo conceitual da imaginação moderna que separou o mundo entre “natureza” e “cultura” ou entre as “preocupações sociais e econômicas” e as “ambientais”. Nesse sentido, toda expressão da saúde humana – como sabem bem aliás os povos indígenas – é necessariamente uma *ecosaúde*. Wallace defende que é preciso pensar nas pessoas “menos como sujeitos clínicos dos quais coletamos amostras e mais como seres socialmente ativos, integrantes de determinadas populações em localidades específicas, moldados por uma história particular e exposto ao mundo de formas diferentes no tempo e no espaço” (Wallace, 2020: 221).

Com a pandemia do novo coronavírus, talvez possa existir uma experiência humana planetária capaz de reconhecer que nossas vidas dependem “das escolhas de práticas agrícolas e de uso do solo que afetam as ecologias compartilhadas entre vida selvagem, rebanhos e seres humanos” (Wallace, 2020: 528). As dinâmicas dos circuitos virais ignoram as fronteiras nacionais e, com o aumento da circulação de animais em forma de mercadorias, adquirem passaporte diplomático para se locomover sem entraves.

Um dos eixos de reflexão que estrutura o livro vem da constatação de que fenômenos decisivos para a vida humana no planeta hoje – dos circuitos virais à mudança climática – “têm pouco respeito pela disciplinaridade das ciências” (Wallace, 2020:29). Sustentar esse percurso multidisciplinar na prática de pesquisa, conta Rob Wallace, não é nada simples. Sua obsessão empírica, muitas vezes engajada em modelos estatísticos filogeográficos para a identificação de trajetórias patogênicas, afastava os cientistas sociais cujas perspectivas sobre relações de poder estão absorvidas por disputas no plano ideológico-discursivo. No entanto, as dinâmicas dos patógenos e

suas infraestruturas revelam muito mais sobre relações de poder do que fartos estudos da ciência política.

O livro atesta, entre outras coisas, o esgotamento da “Constituição não escrita”, como chamou Bruno Latour a divisão de tarefas estabelecidas entre *ciência* e *política* cuidadosamente fabricada pelos modernos. Em nossa época, defende Latour (2014:14), “tanto a política como a ciência assumem uma configuração totalmente diferente” e por isso, nos resta assumir que

tanto a ciência como a política são atividades mundanas, ou mesmo modestas, prosaicas e frágeis, permanecendo abertas à dúvida, à revisão, e passíveis de equívocos, tão logo suas delicadas operações não sejam constantemente sustentadas. A única coisa que *elas não podem se permitir é atuarem separadamente*: sem os instrumentos da ciência, o corpo político jamais saberá quantas entidades desconhecidas é preciso levar em consideração (Latour, 2014:18).

A pandemia de Covid-19 parece anunciar – entre maremotos e garrafas trazidas pelo mar – a urgência de uma nova ciência, mas também de uma nova política que passa necessariamente pela convocação daqueles que não foram “convidados para as assembleias modernas”, como vem dizendo Isabelle Stengers.

2. UMA CIÊNCIA DE RISCO

Se a ciência é uma aventura, como formulava Whitehead, isso não quer dizer que ela seja sempre uma aventura heroica. Ao enfrentar as duas maiores potências militares e econômicas do mundo, os EUA e a China, Rob Wallace sofre as consequências do que ele identifica como forças da ostracização. Depois de ter realizado consultorias para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e também para o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA – também por sua fraca fidelidade aos “impérios” e por levar a cabo uma agenda de pesquisa que relaciona o agronegócio, as finanças globais, a destruição ambiental, as mudanças climáticas e a produção de pandemias, o pesquisador considera que está “prestes a receber o título de inimigo de Estado” (Wallace, 2020: 26).

Em 2007, com outros pesquisadores da Universidade da Califórnia, Rob Wallace publicou um relatório confirmando que a fonte geográfica da chamada gripe aviária (H5N1) localizava-se em Guangdong, uma província do sudoeste da China. As autoridades de Guangdong denunciaram o artigo antes mesmo de ser publicado e o governo Chinês seguiu insistindo no descrédito da pesquisa e na afirmação que a China não possuía nenhuma relação com o surto da gripe aviária. No entanto, a pecuária industrial e a mercantilização em massas de aves alteraram de forma significativa essa região do sul da China que vem servindo como incubadora para novos métodos

de “melhoramento” de aves. O modelo de avicultura intensiva por confinamento e muitos de seus aparatos técnicos são, entretanto, uma criação dos EUA.

Mas a rejeição de evidências científicas “em favor de conveniências nacionalistas” (Wallace, 2020: 44) não é uma exclusividade chinesa. Wallace lembra, por exemplo, como agentes do governo Bush (2001-2009) verificaram o conteúdo de variados relatórios científicos – “a base de realidade sobre a qual a ação governamental precisa ocorrer – por questões políticas” (Wallace, 2020: 45). Assuntos como as mudanças climáticas, desmatamento, o vírus do HIV, decisões dos Centros de Controle de Prevenção de Doenças, receberam intervenção do governo e interferências de pessoas nomeadas por Bush, quase sempre ligadas a interesses corporativos da indústria farmacêutica ou aos conservadores religiosos. Nos últimos 55 anos, conta Rob Wallace, muitos países têm enviado cepas de *influenza* para a OMS que, por sua vez, distribuem as amostras sem custo para empresas farmacêuticas que intencionam a fabricação de vacinas. No entanto, essas mesmas empresas vendem as vacinas posteriormente sem abrir mão de lucros exorbitantes, intensificando os regimes de desigualdade pandêmicos nos quais, em todo mundo, os mais pobres pagam a conta com suas vidas e saúdes.

Seja na China, nos EUA, na Tailândia, no Brasil e por todo canto do planeta, o agronegócio e a indústria alimentícia tiveram sucesso de emplacar representantes poderosos nos governos nacionais e muitos aliados na Ciência. As trajetórias de pesquisa sobre os circuitos de produção e circulação de vírus e pandemias revelaram a Rob Wallace um regime de colaboração entre governos e vírus. Para que os vírus altamente patogênicos pudessem circular com liberdade e velocidade foi preciso acobertar surtos e relatórios que traziam evidências incômodas. Muitas vezes os dados da saúde pública são tratados como segredo de Estado. Essa trama tecnopolítica e biológica do capitalismo pandêmico obviamente não será interrompida apenas pela produção de novas vacinas porque os circuitos de produção de segurança biológica são também parte do problema.

3. AGRO-COLONIALISMO E NOVAS ZONAS DE CONTÁGIO

A despeito de toda retórica sobre o “mundo livre” propagandeada pelos ideólogos da globalização neoliberal, se olharmos o capitalismo contemporâneo pela perspectiva das 11 milhões de pessoas encarceradas em presídios, para todas as pessoas que são detidas em fronteiras ou para o modo pelo qual se organiza o agronegócio, o que enxergamos são grandes zonas de confinamento, asfixia e doenças infecciosas. O mapa dos países que mais encarceram no mundo não é muito diferente do mapa das potências do agronegócio. Como recorda Tsing (2015: 189), “apenas por meio de ordenamento e controle extremos algo poderia frutificar dessa maneira”. A imagem do *plantationoceno* nos permite pensar em um modo expandido de extrativismo da monocultura, no qual os dispositivos de domesticação e extração da terra, de plantas, de pessoas e animais, inteligências coletivas e relações ainda operam firmemente

– ainda que as dinâmicas do capitalismo tenham tomado conformações bastante diferentes ao longo do tempo. A monocultura segue como retrato mais fiel da vitória do “excepcionalismo humano onde podemos enxergar questões relacionadas ao controle, ao impacto humano e à natureza, ao invés de instigar questões sobre a interdependência das espécies” (Tsing, 2015: 184).

Anna Tsing (2015) vem retomando a história da monocultura intensiva para lembrar que sua produção nasce intrinsecamente ligada à emergência do Estado. “Foi no interior dessa configuração política que tanto as mulheres quanto os grãos foram confinados e manejados para maximizar a fertilidade”, comenta Tsing (2015: 186). As monoculturas, entretanto, possuem também uma fragilidade originária. No caso das plantas, a redução da variedade biológica da qual ela depende engendra uma simplificação ecológica cujo resultado é uma baixa capacidade de resistência às pragas. No caso dos animais, as monoculturas genéticas de aves domésticas confinam milhares de animais consanguíneos em regime de alta produtividade, geneticamente arquitetados e apinhados sob o mesmo teto, o que diminui drasticamente a eficiência imunológica capaz de desacelerar a transmissão de patógenos virulentos.

Como enfatiza o autor, estamos diante de um novo e poderoso ciclo de colonização de extensas regiões do planeta e de suas populações. Cerca de 40% das terras utilizáveis no mundo agora é voltada para o uso agrícola (Wallace, 2020:121). Lançando mão de uma maquinaria planetária de propaganda, o agronegócio e seus atores se vendem como os únicos que podem alimentar a população do planeta e combater a fome, mas às custas de um ininterrupto processo de expulsão de pequenos produtores de suas terras, da contaminação de águas e da degradação do solo que aos poucos impossibilitam a vida nas regiões onde se estabelece. Ademais, a disponibilidade de alimentos produzidos pelo agronegócio encontra-se refém da especulação no mercado de ações. O que está em jogo é a produção de uma certa ideia de “eficiência” produtiva, mas uma eficiência que se realiza na capacidade e velocidade para transformar “recursos naturais em commodities” ou “vastas paisagens em bilhões de produtos embalados, muitas vezes de valor nutricional duvidoso” (Wallace, 2020: 334).

As monoculturas genéticas vem dispensando o trabalho da seleção natural “como um serviço ecológico compensatório (e gratuito)” (Wallace, 2020:317) e o uso de novas e cada vez mais complexas tecnologias de modificação genética e de “biossegurança” torna-se “cavalo de Tróia”, como comenta Wallace, com o potencial de desmontar pequenas cadeias regionais, inabilitando agricultores locais, muitas vezes vestindo uma nova roupagem tech-ambiental como na aliança entre a Fundação Bill & Melinda Gates e a Monsanto em algumas regiões da África (Wallace, 2020: 341). O uso intensivo de antibióticos e toda sorte de vacina para que os animais produzam de forma mais eficiente em um período curto de tempo, por sua vez, também seleciona cepas cada vez mais fortes e resistentes dos vírus, contribuindo para a seleção de variantes de patógenos de maior letalidade.

Desta forma, o agronegócio abarrota o planeta de produtos baratos que são produzidos em massa e chamados de “alimentos”, altamente processados, calóricos e com sérias deficiências nutricionais. Essa economia de produção de alimentos, além de favorecer patógenos no nível da criação e cultivo, vem produzindo também um novo conjunto de “doenças crônicas epidêmicas, de diabetes a obesidade mórbida” (Wallace, 2020: 345). Tais enfermidades, como podemos presenciar com a pandemia do Covid-19, aumentam a deficiência imunológica e o risco de agravamento da doença, dificultando uma resposta melhor à Covid-19. Junto a isso, presenciamos uma onda global de financeirização e privatização das infraestruturas de saúde pública assim como cercos proprietários cada vez mais rígidos na economia de patentes de medicamentos e vacinas.

Com James (2010), podemos pensar na *plantation* como um “regime de brutalidade e terrorismo calculados”. Sua geo-história é inseparável da violência colonial. Como lembra Denise Ferreira da Silva (2019: 181), a “violência que, além de facilitar a expropriação de terras, recursos e mão-de-obra, também transforma esses espaços em mercados para a venda de armas e inúmeros serviços e bens fornecidos pela indústria da seguridade”. Mbembe (2018), que também retorna à *plantation* colonial para falar do nascimento do terror moderno fala de uma “rebalcanização do mundo” com a intensificação de práticas de zoneamento e “mundos de morte”.

Acompanhado de *River of Dark Dreams: slavery and Empire in the Cotton Kingdom* (2013), escrito por Walter Johnson, Rob Wallace navega pela história dos condados produtores de algodão ao sul dos EUA, o chamado “Cinturão Negro”, conhecido dessa forma “tanto pelo solo quanto pela cor da pele da população”, que reconhecidamente abrigou o maior contingente de pessoas escravizadas da história estadunidense. A maior parte do algodão colhido no vale do Mississippi era de uma linhagem híbrida patenteada em 1820. A hegemonia dessa planta na monocultura de algodão destruiu a fertilidade da terra e a violência da escravidão da qual dependia sua colheita não deixava dúvidas sobre a relação de co-dependência entre escravidão e monocultura. Como sugere Johnson, retomado por Rob Wallace, muitas das principais “inovações” do agronegócio (em termos tecnológicos, do uso da terra ou organizacionais) tiveram origem no sistema escravista (Wallace, 2020: 373) incluindo a própria “ordem natural das raças” ou a ordem divina que conferia ao homem branco proprietário o acesso irrestrito à terra e suas criaturas: pessoas racializadas, animais, o mundo vegetal. “As monoculturas refizeram o que é ser da espécie humana, a prática de ser um humano” (Tsing, 2015: 191). Assim, o agronegócio da monocultura se atualiza pela “capacidade de transformar o poder político em acesso exclusivo aos recursos de outras pessoas” e “apesar dos salmos entoados ao livre-mercado, as potências agrícolas só obtêm êxito por causa da intervenção massiva do Estado, seja fazendo da escravidão a lei da terra, seja promovendo acordos de livre-comércio que ignoram salvaguardas nacionais” (Wallace, 2020: 388).

Em 2020, passamos a viver com a emergência pandêmica planetária a iminência da asfixia, uma condição já experimentada por outras espécies. O confinamento

doméstico e a depressão imunológica que ele produz junto à distúrbios do sono, do humor, do apetite, talvez, nos façam experimentar agora a perspectiva das aves ou porcos amontoados, presos à uma condição de produtividade incessante enquanto mercadorias-biológicas com baixíssima capacidade de resistência. Um modo de produção que depende da simplificação ecológica, da destruição de ecossistemas e produção de pandemias, da expropriação de terras, do confinamento, do trabalho em condições degradantes e de um forte aparato securitário não pode mais ser tolerado como *motor* da economia planetária.

O livro de Rob Wallace revela as paisagens heterogêneas que compõem hoje o que ele chama de “planeta fazenda”. Tais paisagens nos exigem deslocamentos epistemológicos e políticos no que diz respeito à prática científica - as fronteiras disciplinares e as grandes separações modernas que dividiram os trabalhos entre assuntos humanos (culturais, econômicos, geopolíticos) e assuntos naturais (biológicos, microbiológico, ambientais) mostram-se insuficientes se quisermos retomar o combate e perseverar no que seria uma ciência para o tempo de catástrofes nessa “verdadeira encruzilhada histórica aberta em duas direções: por um caminho, medo e exploração; por outro, as maravilhas do possível, com chance de literalmente criar uma nova paisagem” (Wallace, 2020: 178).

Quando uma encruzilhada desse tipo acontece, não basta constatá-la, é preciso que existam agenciamentos coletivos capazes de corresponder a um movimento de transformação, uma reconversão subjetiva que, no caso, deve incluir também aqueles outros que humanos. “Não inventamos o conceito de humanidade? Trata-se, bem mais, de nos desintoxicarmos dessas narrativas que nos fizeram esquecer que a Terra não era nossa, não estava a serviço da nossa história” (Stengers, 2015: 148).

Talvez agora possamos sentir com mais nitidez a Guerra de Mundos em curso: de um lado, as forças e tecnologias de segurança e do confinamento, a simplificação ecológica como modo de converter o mundo e suas criaturas em recursos, uma ciência que segue funcionando pelos paradigmas da produtividade, da propriedade e crescimento. Mas, do outro, temos a possibilidade de novas alianças multiespécie que atuem pela proliferação de variedades, pelos encontros e intimidades extradomésticos na produção de paisagens simbióticas e em tramas *cosmotécnicas* de sinergia colaborativa, recriando habitabilidades em novas sensibilidades que nos permitam fala em um abolicionismo inter-espécie contra as tecnologias de confinamento, as fronteiras nacionais e o paradigma da produtividade próprio dos predadores. Essa “virada à vida”, nos parece ser uma interessante zona de contágio entre a antropologia contemporânea, a biologia, ecologia e muitas lutas pela terra e autonomia, como convocam, aliás, os zapatistas em seus comunicados de 2020. A vida aqui é entendida como um resultado sempre muito precário e contingente de relações interespécies, afinal, como comenta Wallace mesmo “nossos microbiomas, nossos sistemas imunológicos, nossas próprias células e DNAs são estruturados por artefatos parasitas” (p.396). *Pandemia e Agronegócio*, nos mostra em ação uma ciência que assume

o risco de recompor um mundo devastado e reconhece a urgência de uma nova aliança que pode “renovar os poderes biodiversificadores da terra”, como escreveu Haraway. Essa é uma tarefa que vai definir não apenas o futuro das ciências e das lutas, mas a nossa sobrevivência como criaturas da Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA DA SILVA, Denise. 2019. *A dívida impagável*. São Paulo, Oficina de Imaginação Política e Living Commons.
- JAMES, C. L.R. 2010. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo.
- LATOUR, B. 2014. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, 57 (1), 11-31. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87702>
- MBEMBE, Achille. 2020. O direito universal à respiração. *Instituto Humanitas Unisinos*.
- STENGERS, Isabelle. 2015. *No Tempo das Catástrofes*. São Paulo, CosacNaif.
- STENGERS, Isabelle. 2020. *Réactiver le sens commun. Lecture de Whitehead en temps de débâcle*, Paris, La Découverte.
- TSING, Anna. 2015. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha* 17(1), 177-201. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p177>
-